

CAPÍTULO 1 – DIREITO AMBIENTAL	1
<i>Gabriel Lino</i>	
1.1 Introdução	3
1.1.1 Concepções éticas sobre a questão ambiental.....	3
1.1.2 O movimento ambientalista no Brasil e no mundo	3
1.1.3 A crise ambiental e o Direito.....	5
1.2 Fundamentos do Direito Ambiental	6
1.2.1 Definição e abrangência	6
1.2.2 Hermenêutica jurídica e Direito Ambiental (direitos fundamentais e constitucionalização do Direito).....	7
1.2.3 Caráter metaindividual e interdisciplinar do Direito Ambiental	9
1.2.4 O meio ambiente na Constituição Federal de 1988	11
1.2.5 Perfil da legislação ambiental brasileira (competências legislativas das pessoas políticas).....	15
1.3 Princípios setoriais do Direito Ambiental.....	20
1.3.1 A relevância dos princípios na atualidade do Direito Ambiental.....	20
1.3.2 Princípios em espécie.....	22
1.3.2.1 Princípio da sustentabilidade ou do desenvolvimento sustentável.....	22
1.3.2.2 Princípio da prevenção	23
1.3.2.3 Princípio da precaução	25
1.3.2.4 Princípio do poluidor-pagador (e usuário-pagador e protetor-recebedor).....	28
1.3.2.5 Princípio da vedação ao retrocesso	32
1.3.2.6 Princípio da função socioambiental da propriedade	34
1.3.2.7 Princípio da participação democrática	36
1.3.2.8 Princípio da igualdade entre gerações.....	38
1.3.2.9 Princípio da natureza pública da proteção ambiental.....	39

1.4	A Política Nacional do Meio Ambiente e o Sistema Nacional do Meio Ambiente	40
1.4.1	A Lei n. 6.938/1981 e sua importância no panorama legislativo brasileiro (aspecto histórico, LPNMA como vértice e conceitos fundamentais)	40
1.4.2	Princípios, objetivos e diretrizes da PNMA	42
1.4.3	O Sisnama e a questão das competências administrativas de natureza ambiental	44
1.4.3.1	Caracterização do Sisnama	44
1.4.3.2	O Conama: conceito e funções	46
1.4.3.3	A questão das competências administrativas em matéria ambiental	49
1.4.4	Instrumentos da PNMA	51
1.4.4.1	O poder de polícia em matéria ambiental.....	53
1.4.4.2	O licenciamento ambiental	55
1.4.4.3	O zoneamento ambiental	64
1.4.4.4	Os estudos ambientais (avaliação de impactos ambientais)	68
1.4.5	Outras políticas nacionais relativas ao meio ambiente	74
1.4.5.1	Política Nacional de Recursos Hídricos	74
1.4.5.2	Política Nacional de Educação Ambiental	80
1.4.5.3	Política Nacional da Biodiversidade	83
1.4.5.4	Política Nacional sobre Mudança do Clima.....	98
1.4.5.5	Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	101
1.5	Unidades de conservação – espaços territoriais especialmente protegidos em sentido estrito	119
1.5.1	A criação de áreas protegidas como método de proteção ambiental.....	119
1.5.2	A definição jurídica de espaços territoriais especialmente protegidos – ETEPs – e suas espécies.....	119
1.5.3	As Unidades de Conservação (ETEPs em sentido estrito) – significado da expressão e utilização de tal método para preservação.....	120
1.5.3.1	O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) – objetivos, diretrizes e estrutura.....	121
1.5.3.2	As diferentes categorias de unidades de conservação.....	123
1.5.3.3	As unidades de conservação de proteção integral.....	123
1.5.3.4	As unidades de conservação de uso sustentável....	126

1.5.3.5	Unidades de conservação atípicas	132
1.5.3.6	Criação, implantação e gestão das unidades de conservação.....	132
1.6	Código Florestal Brasileiro.....	137
1.6.1	Antecedentes históricos, debate político e jurídico e perfil da lei editada.....	137
1.6.2	Áreas de preservação permanente.....	140
1.6.2.1	Definição e regime de proteção	140
1.6.2.2	Hipóteses de configuração de APPs.....	144
1.6.2.3	Exceções ao regime geral de proteção	154
1.6.3	Reserva legal	154
1.6.3.1	Definição e regime de proteção	154
1.6.3.2	Formas de instituição da reserva legal	159
1.6.4	Outros temas relevantes no Código Florestal	160
1.6.4.1	O Cadastro Ambiental Rural (CAR).....	160
1.6.4.2	As áreas rurais consolidadas.....	161
1.6.4.3	As áreas de preservação permanente e de reserva legal e o perfil das limitações administrativas de natureza ambiental.....	169
1.6.4.4	O uso do fogo nas atividades agrossilvipastoris	170
1.7	Regulação jurídica de atividades de risco	173
1.7.1	Agrotóxicos	173
1.7.2	Mineração.....	183
1.8	Regime de responsabilidades jurídicas pelos danos ao meio ambiente....	186
1.8.1	Independência relativa entre as instâncias.....	186
1.8.2	Responsabilidade civil.....	188
1.8.3	Responsabilidade penal.....	194
1.8.4	Responsabilidade administrativa.....	199
CAPÍTULO 2 – DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		205
<i>Rafael Machado</i>		
2.1	Proteção da infância nos âmbitos internacional e nacional	207
2.1.1	Declarações e convenções internacionais.....	207
2.1.2	Evolução do direito da infância no Brasil	213
2.1.2.1	Constituições Federais.....	213
2.1.2.2	Legislação infraconstitucional.....	214
2.2	Disposições preliminares do ECA	218
2.2.1	Definição de criança e adolescente	218
2.2.1.1	Aplicação do ECA ao nascituro.....	220
2.2.1.2	Primeira infância e jovem	221

2.2.2	Proteção integral	221
2.2.3	Princípio do melhor interesse ou interesse superior	223
2.2.4	Absoluta prioridade.....	224
2.2.5	Interpretação do ECA.....	226
2.3	Direitos fundamentais	226
2.3.1	Direito à vida e à saúde	226
2.3.1.1	Introdução	226
2.3.1.2	Direitos da maternidade.....	228
2.3.1.3	Aleitamento materno.....	228
2.3.1.4	Mãe privada de liberdade.....	229
2.3.1.5	Direito ao parto anônimo	230
2.3.1.6	Programas de assistência médica e odontológica... ..	230
2.3.1.7	Deficiência.....	231
2.3.1.8	Fornecimento de medicamento.....	232
2.3.1.9	Comunicação de maus-tratos e atendimento na primeira infância.....	233
2.3.1.10	Obrigações de hospitais e demais estabelecimentos	234
2.3.2	Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.....	235
2.3.2.1	Introdução	235
2.3.2.2	Castigo físico e medidas aplicáveis.....	237
2.3.2.3	<i>Bullying</i> (Lei n. 13.185/2015).....	238
2.3.3	Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência – Lei n. 13.431/2017.....	239
2.3.3.1	Introdução	239
2.3.3.2	Escuta especializada e depoimento pessoal	241
2.3.3.3	Medidas de proteção	244
2.3.3.4	Integração das políticas de atendimento	246
2.3.4	Direito à educação.....	248
2.3.4.1	Introdução	248
2.3.4.2	Direito à educação pela criança e adolescente.....	250
2.3.4.3	Dever do Estado	250
2.3.4.4	Obrigações de matrícula e sistema educacional domiciliar (<i>homeschooling</i>).....	254
2.3.4.5	Aprovação em vestibular e não conclusão do ensino médio	254
2.3.4.6	Dever de comunicação.....	256
2.3.5	Direito à cultura, ao esporte e ao lazer.....	257
2.3.6	Direito à profissionalização e à proteção no trabalho.....	257

	2.3.6.1	Noções gerais.....	257
	2.3.6.2	Atividades no âmbito doméstico familiar	260
2.4		Direito fundamental à convivência familiar	260
	2.4.1	Direito de crescer no seio familiar.....	260
	2.4.1.1	Introdução	260
	2.4.1.2	Classificações de família	261
	2.4.1.3	Audiência concentrada.....	262
	2.4.1.4	Prazo máximo de permanência em acolhimento institucional.....	263
	2.4.1.5	Gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção	263
	2.4.1.6	Acolhimento familiar	265
	2.4.1.7	Apadrinhamento	266
	2.4.2	Poder familiar ou função parental	267
	2.4.2.1	Introdução	267
	2.4.2.2	Hipóteses de destituição e suspensão	267
	2.4.2.3	Pais dependentes químicos	268
	2.4.2.4	Pobreza.....	269
	2.4.2.5	Prisão e condenação criminal	269
	2.4.2.6	Alienação parental (Lei n. 12.318/2010)	270
	2.4.3	Reconhecimento de filhos	273
	2.4.4	Reconhecimento do estado de filiação	273
	2.4.5	Família substituta.....	274
	2.4.5.1	Introdução	274
	2.4.5.2	Oitiva da criança e do adolescente (princípio da autonomia progressiva).....	275
	2.4.5.3	Critérios e acompanhamento da medida	276
	2.4.5.4	Criança ou adolescente indígena ou de comunidade de quilombo.....	278
2.5		Modalidades de colocação em família substituta	279
	2.5.1	Guarda	279
	2.5.1.1	Introdução	279
	2.5.1.2	Classificações.....	280
	2.5.1.3	Guarda e condição de dependente	281
	2.5.1.4	Guarda e a posição dos pais.....	283
	2.5.1.5	Revogabilidade.....	284
	2.5.2	Tutela.....	284
	2.5.2.1	Introdução	284

2.5.2.2	Termo de tutela provisória.....	286
2.5.2.3	Tutela compartilhada.....	286
2.5.2.4	Tutela testamentária ou documental.....	287
2.5.2.5	Tutela ou curatela	287
2.5.2.6	Cessaçã.....	288
2.5.2.7	Destituição do tutor	288
2.5.3	Adoção nacional	288
2.5.3.1	Introdução	288
2.5.3.2	Características.....	289
2.5.3.3	Requisitos	290
2.5.3.4	Cadastros de adoção	296
2.5.3.5	Adoção personalíssima, <i>intuitu personae</i> ou dirigida	298
2.5.3.6	Adoção unilateral, singular ou semiplena.....	299
2.5.3.7	Adoção póstuma ou <i>post mortem</i>	301
2.5.3.8	Adoção de nascituro.....	302
2.5.3.9	Adoção de fato ou “à brasileira”	303
2.5.3.10	Adoção por homossexuais	304
2.5.3.11	Efeitos pessoais.....	304
2.5.3.12	Efeitos patrimoniais.....	305
2.5.3.13	Prazo de conclusão da ação de adoção	305
2.5.3.14	Sentença.....	306
2.5.3.15	Direito de conhecer sua origem biológica	307
2.5.3.16	Direitos previstos na CLT	307
2.5.4	Adoção internacional	307
2.5.4.1	Caracterização.....	307
2.5.4.2	Requisitos	308
2.5.4.3	Procedimento.....	309
2.5.4.4	Organismos de intermediação da adoção e seu credenciamento	312
2.5.4.5	Repasse de recursos.....	314
2.5.4.6	Adoção por brasileiro residente no exterior.....	314
2.5.4.7	Adoção internacional e o Brasil como país de acolhida.....	315
2.5.4.8	Nacionalidade do adotado	316
2.5.4.9	Quadro sinótico	317
2.6	Prevenção	318
2.6.1	Disposições gerais.....	318
2.6.2	Informação, cultura, lazer, esportes, diversões e espetáculos...	319

	2.6.2.1	Classificação indicativa	319
	2.6.2.2	Emissoras de rádio de televisão	322
	2.6.2.3	Venda e aluguel de filmes	322
	2.6.2.4	Revistas e publicações	322
	2.6.2.5	Bilhar, sinuca ou congênere ou casa de jogo que realize aposta	323
	2.6.3	Produtos e serviços	324
	2.6.3.1	Produtos com venda proibida para criança ou adolescente	324
	2.6.3.2	Hospedagem de criança ou adolescente.....	326
	2.6.4	Autorização para viajar.....	327
	2.6.4.1	Viagem no território nacional.....	327
	2.6.4.2	Viagem ao exterior	328
2.7		Política e entidades de atendimento.....	330
	2.7.1	Política de atendimento	330
	2.7.1.1	Introdução	330
	2.7.1.2	Municipalização do atendimento e Conselhos.....	332
	2.7.1.3	Fundos geridos pelos Conselhos de Direitos	334
	2.7.2	Entidades de atendimento.....	336
	2.7.2.1	Espécies, inscrição e registro	336
	2.7.2.2	Entidades de acolhimento familiar ou institucional	339
	2.7.2.3	Acolhimento emergencial (art. 93).....	341
	2.7.2.4	Obrigações das entidades de internação e acolhimento	342
	2.7.3	Fiscalização das entidades e medidas aplicáveis.....	343
2.8		Medidas de proteção e medidas pertinentes aos pais ou responsável....	344
	2.8.1	Medidas de proteção	344
	2.8.1.1	Hipóteses de aplicação (situações de risco).....	344
	2.8.1.2	Cumulação e substituição.....	345
	2.8.1.3	Parâmetros e princípios para aplicação	345
	2.8.1.4	Competência para aplicação e execução	347
	2.8.1.5	Medidas de proteção em espécie	348
	2.8.1.6	Acolhimento institucional e familiar.....	349
	2.8.2	Regularização do registro civil	352
	2.8.3	Medidas aplicáveis aos pais ou responsável.....	353
	2.8.4	Afastamento do agressor da moradia comum	355
2.9		Ato infracional.....	357
	2.9.1	Introdução.....	357

2.9.2	A criança e a prática de ato infracional.....	357
2.9.3	Início da maioridade penal.....	358
2.9.4	Nomenclaturas.....	358
2.9.5	Requisitos para sua caracterização	359
2.9.6	Teoria do momento do ato infracional	360
2.9.7	Princípio da insignificância.....	360
2.9.8	Escusas absolutórias	361
2.9.9	Extradição	361
2.9.10	Prescrição	362
2.9.11	Prática de ato infracional e consequências na maioridade....	362
2.9.12	Redução da maioridade penal.....	363
2.10	Direitos individuais e garantias processuais	364
2.10.1	Direitos individuais	364
2.10.1.1	Internação provisória	365
2.10.2	Garantias processuais	368
2.11	Medidas socioeducativas.....	370
2.11.1	Introdução	370
2.11.2	Competência.....	372
2.11.3	Princípios.....	372
2.11.4	Critérios de aplicação.....	373
2.11.5	Requisitos	374
2.11.6	Cumulação	375
2.11.7	Substituição.....	376
2.11.8	Adolescente com transtorno mental	376
2.11.9	Advertência	376
2.11.10	Obrigação de reparar o dano	377
2.11.11	Prestação de serviços à comunidade.....	378
2.11.12	Liberdade assistida.....	379
2.11.13	Semiliberdade	381
2.11.13.1	Semiliberdade provisória	383
2.11.14	Internação.....	384
2.11.14.1	Introdução	384
2.11.14.2	Espécies.....	384
2.11.14.3	Princípios.....	385
2.11.14.4	Hipóteses legais	386
2.11.14.5	Tráfico de drogas	392
2.11.14.6	Prazo da internação e sua reavaliação.....	394

2.11.14.7	Consequências com o cumprimento do prazo de 3 (três) anos.....	395
2.11.14.8	Transtorno mental e interdição no nível.....	395
2.11.14.9	Cumprimento imediato da medida e recurso de apelação	396
2.11.14.10	Liberação compulsória.....	396
2.11.14.11	Atividades externas.....	396
2.11.14.12	Direitos do adolescente internado.....	397
2.11.14.13	Local de cumprimento.....	398
2.12	Remissão.....	399
2.12.1	Introdução.....	399
2.12.2	Classificações	400
2.12.3	Natureza jurídica.....	400
2.12.4	Características.....	401
2.12.5	Requisitos	401
2.12.6	Remissão pelo Ministério Público.....	402
2.12.7	Remissão judicial	404
2.12.8	Descumprimento da remissão imprópria.....	405
2.12.9	Revisão da medida socioeducativa cumulada com a remissão....	406
2.13	Execução das medidas socioeducativas	407
2.13.1	Introdução.....	407
2.13.2	Princípios.....	408
2.13.3	Direitos individuais	409
2.13.4	Formação da execução.....	409
2.13.5	Reavaliação.....	410
2.13.6	Substituição, progressão e regressão.....	411
2.13.7	Cumulação e unificação	415
2.13.8	Revisão da sanção disciplinar.....	420
2.13.9	Suspensão	420
2.13.10	Extinção.....	421
2.13.10.1	Causas previstas na Lei do Sinase	421
2.13.10.2	Maioridade penal.....	426
2.13.10.3	Prescrição das medidas socioeducativas.....	428
2.13.10.4	Prescrição da pretensão punitiva em abstrato.....	430
2.13.10.5	Prescrição da pretensão punitiva retroativa.....	432
2.13.10.6	Prescrição da pretensão punitiva intercorrente, superveniente ou subsequente	432
2.13.10.7	Prescrição da pretensão executória	433
2.13.11	Sistema recursal.....	434

2.14	Conselho tutelar	434
2.14.1	Introdução	434
2.14.2	Características	435
2.14.3	Organização	436
2.14.4	Requisitos e processo de escolha	437
2.14.5	Regime jurídico do conselheiro tutelar	438
2.14.6	Atribuições	439
2.14.7	Revisão das decisões	443
2.14.8	Sigilo das informações	443
2.14.9	Impedimentos	443
2.15	Acesso à justiça	444
2.15.1	Disposições gerais	444
2.15.1.1	Acesso à Justiça	444
2.15.1.2	Sigilo	445
2.15.2	Justiça da Infância e Juventude	446
2.15.3	Noções gerais sobre competência	447
2.15.4	Competência do art. 148	447
2.15.4.1	Competência exclusiva ou plena	447
2.15.4.2	Competência concorrente	450
2.15.5	Competência do art. 147	452
2.15.5.1	Ações cíveis	452
2.15.5.2	Apuração de ato infracional	454
2.15.5.3	Execução da medida socioeducativa ou de proteção	454
2.15.5.4	Infração cometida por rádio e televisão	455
2.15.6	Competência disciplinar (art. 149)	455
2.15.6.1	Portaria e alvará	455
2.15.6.2	Hipóteses	457
2.15.7	Serviços auxiliares	458
2.15.8	Ministério Público	459
2.15.8.1	Atribuições	459
2.15.8.2	Fiscal da ordem jurídica	465
2.15.9	Advogado	466
2.15.10	Defensoria Pública	468
2.16	Procedimentos	469
2.16.1	Disposições gerais	469
2.16.1.1	Aplicação subsidiária da legislação processual pertinente	469

2.16.1.2	Contagem dos prazos.....	469
2.16.1.3	Procedimento verificatório ou pedido de providências	470
2.16.1.4	Multa	472
2.16.2	Procedimento de perda e de suspensão do poder familiar ...	472
2.16.2.1	Introdução	472
2.16.2.2	Petição inicial.....	472
2.16.2.3	Legitimidade ativa.....	473
2.16.2.4	Legitimidade passiva	474
2.16.2.5	Cumulação de pedidos e conexão	475
2.16.2.6	Tutela provisória de suspensão do poder familiar.....	476
2.16.2.7	Estudo social ou perícia por equipe interprofissional	476
2.16.2.8	Citação e defesa.....	477
2.16.2.9	Poder requisitório de documentos	478
2.16.2.10	Consequências da não apresentação de resposta ...	479
2.16.2.11	Consequências da apresentação de resposta.....	480
2.16.2.12	Prazo para conclusão	480
2.16.2.13	Sentença e efeitos.....	481
2.16.2.14	Restabelecimento do poder familiar	481
2.16.2.15	Ação de adoção sem pedido de destituição do poder familiar	482
2.16.3	Procedimento de destituição da tutela	482
2.16.4	Procedimento de colocação em família substituta	484
2.16.4.1	Introdução	484
2.16.4.2	Hipóteses autorizadoras.....	484
2.16.4.3	Requisitos da inicial	486
2.16.4.4	Consentimento dos pais	486
2.16.4.5	Procedimento.....	487
2.16.4.6	Programa de acolhimento familiar	489
2.16.5	Procedimento de apuração de irregularidades em entidade de atendimento.....	489
2.16.5.1	Introdução	489
2.16.5.2	Natureza jurídica.....	489
2.16.5.3	Legitimidade ativa.....	490
2.16.5.4	Legitimidade passiva e sanções.....	491
2.16.5.5	Afastamento provisório do dirigente	492
2.16.5.6	Necessidade de advogado para resposta escrita...	492

2.16.5.7	Contagem do prazo para resposta escrita e revelia	493
2.16.5.8	Audiência de instrução e julgamento	493
2.16.5.9	Prazo para remoção das irregularidades.....	493
2.16.6	Procedimento de apuração de infração administrativa.....	493
2.16.6.1	Introdução	493
2.16.6.2	Natureza jurídica.....	494
2.16.6.3	Legitimidade ativa.....	494
2.16.6.4	Legitimidade passiva	495
2.16.6.5	Prazo para defesa e necessidade de advogado	495
2.16.6.6	Revelia e seus efeitos.....	497
2.16.6.7	Audiência de instrução e julgamento	497
2.16.6.8	Prescrição	497
2.16.7	Procedimento de habilitação de pretendentes à adoção	498
2.16.7.1	Introdução	498
2.16.7.2	Competência	499
2.16.7.3	Petição inicial e documentos.....	500
2.16.7.4	Necessidade de advogado.....	501
2.16.7.5	Ministério Público e providências.....	501
2.16.7.6	Estudo psicossocial, preparação e contato dos pretendentes	501
2.16.7.7	Audiência de instrução e julgamento	503
2.16.7.8	Inscrição nos cadastros.....	503
2.16.7.9	Indeferimento do cadastro.....	504
2.16.7.10	Recadastramento do pretendente que já adotou ...	505
2.16.8	Procedimento de infiltração de agentes de polícia para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente	506
2.17	Procedimento de apuração de ato infracional.....	508
2.17.1	Introdução.....	508
2.17.2	Fase policial ou investigativa	508
2.17.2.1	Apreensão do adolescente por ordem judicial.....	508
2.17.2.2	Apreensão do adolescente em situação de flagrância.....	509
2.17.2.3	Ato infracional com violência ou grave ameaça à pessoa e manutenção da apreensão.....	509
2.17.2.4	Ato infracional sem violência ou grave ameaça à pessoa.....	511
2.17.2.5	Apresentação ao Ministério Público	512

2.17.2.6	Procedimento para apuração de ato infracional..	512
2.17.2.7	Transporte e uso de algema.....	512
2.17.3	Fase do Ministério Público	513
2.17.3.1	Oitiva informal.....	513
2.17.3.2	Outras providências.....	515
2.17.3.3	Arquivamento dos autos.....	515
2.17.3.4	Remissão.....	516
2.17.3.5	Representação	516
2.17.3.6	Internação provisória	517
2.17.3.7	Liberação do adolescente pelo MP.....	517
2.17.3.8	Complementação de diligências.....	518
2.17.4	Fase judicial	518
2.17.4.1	Aplicação do procedimento comum ordinário do CPP?	518
2.17.4.2	Recebimento ou rejeição da representação.....	519
2.17.4.3	Audiência de apresentação.....	520
2.17.4.4	Necessidade de advogado.....	520
2.17.4.5	Oitiva do adolescente.....	521
2.17.4.6	Remissão judicial	522
2.17.4.7	Suspensão condicional do processo	522
2.17.4.8	Estudo pela equipe interprofissional ou relatório polidimensional.....	522
2.17.4.9	Defesa prévia	523
2.17.4.10	Assistente de acusação	523
2.17.4.11	Audiência em continuação.....	524
2.17.4.12	Sentença.....	525
2.17.4.13	Princípio da identidade física do juiz.....	527
2.17.4.14	Intimação da sentença	527
2.17.4.15	Prazo máximo para a conclusão do processo.....	528
2.17.4.16	Local de cumprimento da internação provisória...	529
2.17.4.17	Recurso	529
2.17.4.18	Justiça restaurativa	530
2.18	Recursos.....	531
2.18.1	Noções gerais.....	531
2.18.2	Legitimidade	531
2.18.3	Peculiaridades do art. 198 do ECA.....	532
2.18.3.1	Preparo.....	532
2.18.3.2	Prazo.....	532

2.18.3.3	Preferência de julgamento e dispensa de revisor...	534
2.18.3.4	Juízo de retratação.....	534
2.18.3.5	Apresentação das razões recursais de apelação....	535
2.18.4	Efeitos da sentença	536
2.18.4.1	Regra geral	536
2.18.4.2	Sentença que impõe medida socioeducativa	536
2.18.4.3	Adoção e destituição do poder familiar.....	537
2.19	Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos	538
2.19.1	Introdução.....	538
2.19.2	Proteção judicial dos interesses individuais.....	538
2.19.3	Proteção judicial dos interesses difusos e coletivos	539
2.19.3.1	Competência	540
2.19.3.2	Legitimidade	540
2.19.3.3	Ministério Público	541
2.19.3.4	Ação civil pública	542
2.19.3.5	Termo de ajustamento de conduta.....	543
2.19.3.6	Ações admissíveis.....	544
2.19.3.7	Ação de obrigação de fazer ou não fazer	544
2.19.3.8	Custas e honorários advocatícios.....	545
2.19.3.9	Multas.....	545
2.19.3.10	Cumprimento de sentença condenatória e destinação do valor.....	546
2.19.3.11	Sistema recursal e efeitos do recurso.....	547
2.19.3.12	Aplicação subsidiária da LACP e do CDC.....	547
CAPÍTULO 3 – DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA		549
<i>Lauro Ribeiro</i>		
3.1	Noções introdutórias	551
3.1.1	A sociedade moderna	551
3.1.2	A sociedade moderna e a pessoa com deficiência.....	551
3.2	Conceito de pessoa com deficiência – PCD.....	552
3.2.1	Inovação conceitual trazida pela Lei Brasileira de Inclusão – LBI	557
3.2.2	Deficiência mental ou intelectual? Ou ambas?	558
3.2.3	Terminologia correta.....	560
3.3	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano internacional	560
3.4	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano constitucional.....	562
3.4.1	Distribuição de competência entre os entes federativos para tratar do tema.....	565

3.4.2	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano convencional – Convenção de Nova Iorque (da ONU)	566
3.5	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano infraconstitucional	567
3.5.1	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência) – LBI...	569
3.5.1.1	Breve histórico e novidades introduzidas	569
3.5.1.2	Lei principiológica	569
3.5.1.3	Principais eixos estruturantes dos direitos e garantias previstos na LBI.....	570
3.5.1.4	Vinculação à Convenção da ONU dos direitos da pessoa com deficiência.....	571
3.5.1.5	Diálogo “das fontes” e “das Cortes”.....	571
3.5.1.6	Controle de convencionalidade.....	574
3.5.1.7	Alcance da eficácia social (efetividade) da LBI....	575
3.5.2	Inovações e alterações legislativas promovidas pela LBI.....	575
3.5.2.1	Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência.....	575
3.5.2.2	Auxílio-inclusão.....	576
3.5.2.3	Controle de acessibilidade pelos agentes públicos e proibição de exigência da presença da pessoa com deficiência a órgãos públicos quando sua condição pessoal e as condições de acessibilidade lhe imponham ônus desproporcional	576
3.5.2.4	Alterações ao Código Eleitoral.....	577
3.5.2.5	Mudança na movimentação do FGTS.....	578
3.5.2.6	Alterações no Código de Defesa do Consumidor (CDC)	578
3.5.2.7	Mudanças na Lei n. 8.213/1991, que regula os planos de benefícios da Previdência Social	579
3.5.2.8	Modificações na “Lei Rouanet” – Lei n. 8.313/1991	580
3.5.2.9	Alterações na Lei de Improbidade Administrativa e na Lei de Licitações	581
3.5.2.10	Mudanças na Lei n. 9.250/1995 (dispõe sobre Imposto de Renda).....	582
3.5.2.11	Alterações no Código de Trânsito Brasileiro.....	582
3.5.2.12	Alteração na Lei n. 9.615/1998 (normas gerais sobre desporto).....	583

	3.5.2.13	Modificações no Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001).....	583
	3.5.2.14	Mudanças sobre uso de cão-guia (Lei n. 11.126/2005) e acesso a museus (Lei n. 11.904/2009)	584
	3.5.2.15	Alterações à Lei n. 12.587/2012 (mobilidade urbana).....	584
	3.5.2.16	Disposições finais da LBI.....	585
3.6		Direitos básicos da pessoa com deficiência	585
	3.6.1	Capacidade civil: curatela e tomada de decisão apoiada	586
	3.6.2	Tomada de decisão apoiada.....	593
	3.6.3	Direito à dignidade da pessoa humana.....	597
	3.6.4	Direito à felicidade	598
	3.6.5	Direito a uma sociedade justa, solidária, sem preconceitos de qualquer espécie, desigualdades e discriminação	598
	3.6.5.1	Sociedade solidária	600
	3.6.6	Direito à igualdade e à diferença.....	601
	3.6.7	Direito à vida.....	602
	3.6.8	Direito à saúde	603
	3.6.9	Direito à assistência social	605
	3.6.10	Direito à habilitação, reabilitação e à promoção da inclusão social	606
	3.6.11	Direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	607
	3.6.12	Direito à previdência social.....	609
	3.6.13	Direito à moradia	610
	3.6.14	Direito à educação.....	612
	3.6.14.1	Plano internacional.....	612
	3.6.14.2	Plano nacional.....	612
	3.6.15	Direito ao trabalho	616
	3.6.15.1	Inclusão no trabalho, sistema de cotas e reservas em concurso público.....	617
	3.6.16	Direito à mobilidade urbana e acessibilidade	623
	3.6.17	Direito ao transporte.....	628
	3.6.18	Direito à participação na vida pública e política	629
	3.6.19	Do acesso à justiça	629
	3.6.20	Tipificação de crimes e infrações administrativas.....	631
	3.6.21	Isenções.....	632
		CAPÍTULO 4 – DIREITO DO IDOSO	635
		<i>Lauro Ribeiro</i>	
	4.1	Introdução	637

4.2	Conceito de pessoa idosa	639
4.2.1	O sistema de proteção da pessoa idosa no âmbito internacional.....	639
4.2.2	Âmbito nacional: Constituição Federal	641
4.2.3	Estatuto do Idoso (EI) – Lei n. 10.741/2003.....	643
4.2.3.1	Principais eixos estruturantes dos direitos e garantias do EI	643
4.2.3.2	Lei principiológica	644
4.2.4	Política Nacional do Idoso – Lei n. 8.842/1994	644
4.2.5	Alguns outros diplomas legais de proteção ao idoso	645
4.3	Direitos básicos da pessoa idosa.....	647
4.3.1	Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.....	647
4.3.2	Direito à alimentação.....	648
4.3.3	Direito à vida/saúde	651
4.3.4	Direito à educação.....	656
4.3.5	Direito à moradia	659
4.3.6	Direito ao trabalho.....	660
4.3.7	Direito à assistência e previdenciária social.....	663
4.3.7.1	Da assistência social.....	663
4.3.7.2	Direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	663
4.3.7.3	Da previdência social.....	666
4.3.8	Direito a cultura, esporte, lazer e turismo.....	667
4.3.9	Direito ao transporte gratuito	667
4.3.10	Direito à proteção.....	669
4.3.10.1	Incidência das medidas de proteção	670
4.3.10.2	Especial obrigação da família.....	671
4.3.10.3	Medidas protetivas em espécie.....	672
4.3.10.4	Política de atendimento ao idoso	673
4.3.11	Direito à convivência familiar e comunitária.....	674
4.3.11.1	Entidades de atendimento à pessoa idosa.....	675
4.3.11.2	Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs.....	677
4.3.11.3	Fiscalização nas entidades de atendimento.....	677
4.3.11.4	Das infrações e sanções administrativas previstas no EI	678
4.3.11.5	Da apuração administrativa de infração contra pessoa idosa	679
4.3.11.6	Da apuração judicial de irregularidade em entidade de atendimento.....	680

4.3.12	Tutela judicial de direito individual disponível	682
4.3.13	Tutela judicial de direitos individuais indisponíveis, individuais homogêneos e coletivos (<i>lato sensu</i> : difusos e coletivos em sentido estrito)	683
4.3.13.1	Pontos relevantes.....	684
4.3.13.2	Legitimados ativos	687
4.3.13.3	O papel do Ministério Público.....	689
4.4	Crimes definidos no EI.....	690
CAPÍTULO 5 – DIREITO EDUCACIONAL.....		695
<i>Lauro Ribeiro</i>		
5.1	Noções introdutórias	697
5.1.1	Educação na sociedade moderna.....	697
5.2	Conceito e natureza jurídica.....	699
5.3	Educação, ensino e escola	701
5.4	O sistema normativo no plano internacional.....	703
5.5	O sistema normativo no plano nacional.....	704
5.5.1	Constituição Federal de 1988.....	705
5.5.2	Síntese da educação na CF/88.....	706
5.5.3	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/1996	707
5.5.4	Plano Nacional de Educação – PNE.....	711
5.6	Estrutura educacional.....	712
5.6.1	Educação básica	713
5.6.2	Ensino superior	715
5.6.3	Sistemas de ensino.....	717
5.6.4	A repartição de competências e financiamento da educação	718
5.6.5	Responsabilidade civil das instituições públicas de ensino (art. 37, § 6º, da CF/88).....	720
5.7	<i>Bullying</i>	722
5.8	Desescolarização (“ <i>unschooling</i> ”) e educação domiciliar (“ <i>homeschooling</i> ”)...	724
CAPÍTULO 6 – LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL		727
<i>Landolfo Andrade</i>		
6.1	Introdução	729
6.2	Noção de corrupção empresarial	731
6.3	Aplicação da Lei Anticorrupção Empresarial no tempo.....	733
6.4	Aplicação da Lei Anticorrupção Empresarial no espaço	735

6.5	Os bens jurídicos tutelados pela LAE.....	738
6.6	Sujeitos do ato lesivo à Administração Pública	739
6.6.1	Sujeito passivo	739
6.6.2	Sujeito ativo	741
6.6.2.1	Pessoa jurídica de direito privado	741
6.6.2.2	Pessoas naturais: o art. 3º da LAE	744
6.7	Responsabilização administrativa e civil da pessoa jurídica.....	747
6.7.1	Responsabilidade objetiva da pessoa jurídica.....	748
6.7.2	Pressupostos para a responsabilização administrativa e civil da pessoa jurídica	749
6.7.2.1	Subsunção da conduta na tipologia do artigo 5º da LAE.....	750
6.7.2.2	Interesse ou benefício da pessoa jurídica, exclusivo ou não	750
6.7.2.3	Existência de algum vínculo entre o autor do ato lesivo e a pessoa jurídica beneficiada	751
6.7.3	Responsabilidade da pessoa jurídica frente aos atos de seus dirigentes, administradores, empregados ou prepostos.....	753
6.7.4	Responsabilidade da pessoa jurídica frente aos atos de agente de empresa terceirizada	755
6.7.5	Possibilidade de responsabilização da pessoa jurídica em caso de não identificação da pessoa natural infratora	756
6.7.6	Alterações contratuais e operações societárias.....	759
6.7.7	Responsabilidade solidária entre sociedades controladoras, controladas, coligadas e consorciadas.....	760
6.8	Atos lesivos à Administração Pública nacional ou estrangeira.....	762
6.8.1	Noções introdutórias.....	762
6.8.2	Elemento subjetivo do ato lesivo	763
6.8.3	Atos lesivos elencados no artigo 5º.....	764
6.8.3.1	Promessa ou oferecimento de vantagem indevida a agente público (corrupção ativa).....	764
6.8.3.2	Financiamento ou patrocínio de prática dos atos ilícitos.....	767
6.8.3.3	Utilização de interposta pessoa	767
6.8.3.4	Atos lesivos referentes a licitações e contratos ...	769
6.8.3.5	Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação	776
6.8.4	Atos lesivos tentados.....	777
6.8.5	Princípio da insignificância: inadmissibilidade.....	778
6.8.6	Necessidade de prova de dano ao erário	779

6.9	Responsabilização administrativa.....	780
6.9.1	Noções introdutórias.....	780
6.9.2	Multa	783
6.9.2.1	Natureza jurídica.....	783
6.9.2.2	Base de cálculo da multa	783
6.9.2.3	Aplicação da pena de multa	785
6.9.2.4	Garantia de pagamento da multa	788
6.9.2.5	Cobrança da multa	788
6.9.2.6	Destinatários dos valores arrecadados	789
6.9.3	Publicação extraordinária da decisão condenatória.....	789
6.9.4	Aplicação das sanções.....	790
6.9.4.1	Parâmetros para a aplicação das sanções.....	791
6.9.4.2	Programas de <i>Compliance</i>	793
6.9.4.3	Prévia manifestação jurídica.....	795
6.9.5	Reparação integral do dano causado	796
6.9.6	Processo administrativo de responsabilização.....	797
6.9.6.1	Instauração	798
6.9.6.2	Competência	801
6.9.6.3	Instrução	803
6.9.6.4	Suspensão cautelar dos efeitos do ato ou processo	804
6.9.6.5	O direito à defesa no processo administrativo ...	804
6.9.6.6	Prazo de conclusão.....	805
6.9.6.7	Julgamento.....	805
6.9.6.8	O processo administrativo de reparação do dano..	806
6.9.6.9	Desconsideração da personalidade jurídica.....	807
6.9.6.10	A comunicação ao Ministério Público	812
6.9.7	Acordo de leniência	816
6.9.7.1	Competência para a celebração do acordo de leniência na LAE.....	817
6.9.7.2	A participação do Ministério Público na celebração do acordo de leniência.....	818
6.9.7.3	Condições e requisitos	820
6.9.7.4	Efeitos da celebração do acordo de leniência na LAE.....	822
6.9.7.5	Rejeição da proposta de acordo de leniência.....	823
6.9.7.6	Descumprimento do acordo de leniência	824
6.9.7.7	Ressarcimento do dano	825
6.9.7.8	Possibilidade de celebração de acordo de leniência em relação aos ilícitos previstos na Lei n. 8.666/1993	825

6.10	Responsabilização judicial.....	827
6.10.1	Noções introdutórias.....	827
6.10.2	Competência.....	828
6.10.2.1	Competência em caso de ato lesivo praticado no exterior.....	830
6.10.3	Legitimação.....	831
6.10.3.1	Legitimação ativa concorrente e disjuntiva.....	831
6.10.3.2	Legitimação ativa exclusiva do Ministério Público...	834
6.10.3.3	Legitimação passiva.....	836
6.10.4	Providências cautelares: a indisponibilidade dos bens.....	838
6.10.4.1	Pressupostos.....	840
6.10.4.2	Alcance.....	840
6.10.5	Pedido.....	841
6.10.6	Procedimento.....	842
6.10.7	Sentença.....	843
6.10.7.1	Correlação entre pedido e sentença.....	843
6.10.8	Sanções civis.....	844
6.10.8.1	Perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé (art. 19, I).....	845
6.10.8.2	Suspensão ou interdição parcial da atividade (art. 19, II).....	846
6.10.8.3	Dissolução compulsória (art. 19, III).....	846
6.10.8.4	Proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos (art. 19, IV)...	847
6.10.9	Aplicação das sanções.....	848
6.10.9.1	Juízo de ilicitude da conduta e juízo de aplicação da sanção.....	848
6.10.9.2	Parâmetros para aplicação das sanções.....	848
6.10.9.3	Aplicação cumulativa das sanções.....	849
6.10.9.4	Aplicação de sanções não pedidas pelo autor.....	849
6.10.10	Sanções da LAE frente a outras sanções previstas em outras normas.....	850
6.10.11	O diálogo entre a Lei n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Empresarial) e a Lei n. 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).....	851
6.10.11.1	Requisitos para a aplicação simultânea da LIA e da LAE.....	853

6.10.11.2	Possibilidade de cumulação das sanções previstas na LIA e na LAE	854
6.10.11.3	Alcance subjetivo das sanções.....	856
6.10.11.4	Rito processual em caso de cumulação das ações...	857
6.10.12	Coisa julgada	858
6.10.13	Prescrição	859
6.10.13.1	Interrupção da prescrição	860
6.10.14	O Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP	860
6.10.15	O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas ...	860
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		861